



## JOVENS DO CAMPO NO ENSINO SUPERIOR

*Mirian Bezerra de Matos Nascimento*<sup>1</sup>

*Tatyanne Gomes Marques*<sup>2</sup>

*Domingos Rodrigues da Trindade*<sup>3</sup>

### RESUMO

Por considerar a necessidade de dar visibilidade à existência de novos atores sociais e políticos que começaram a adentrar a Universidade, esta pesquisa parte, então, do objetivo principal, que é conhecer quem são os jovens do campo que acessam e vivenciam a experiência universitária. O texto que segue é resultado da pesquisa intitulada “Jovens do campo e educação superior: um estudo sobre o acesso e permanência na universidade pública” realizada no Campus XII da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O estudo considerou para levantamento de dados as matrículas dos ingressantes entre 2013 e 2016. Como procedimento de coleta de dados, foi realizado levantamento das matrículas junto à secretaria acadêmica do DEDC/XII com a pretensão de identificar os jovens oriundos do campo matriculados nesta instituição. Após isso, foram utilizados questionários com 107 jovens do campo identificados. Com a análise desses dados, buscamos compreender quem são esses jovens que decidiram continuar os estudos mesmo quando a condição de ser jovem do campo esteve atravessada por dificuldades históricas, de acesso à educação e à garantia de direitos sociais, uma vez que o acesso à universidade para esses tem sido considerado como um processo longo, de enfrentamentos.

**Palavras-chave:** Acesso. Ensino superior. Jovens do campo.

### YOUNG PEOPLE OF THE FIELD IN HIGHER EDUCATION

#### ABSTRACT

Considering the need to give visibility to young people from the countryside to study at the university, this research indicates the existence of diverse social actors in this

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pelo Departamento de Educação – DEDC XII/ UNEB. Membro da linha de pesquisa Educação do campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (Nepe). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6078-9221>. E-mail: mirianmatos2@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em educação. Professora no Departamento de Educação – DEDC XII/ UNEB. Membro da linha de pesquisa Educação do campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (Nepe). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3076-3220>. E-mail: tmarques@uneb.br

<sup>3</sup> Doutor em educação. Professor no Departamento de Educação – DEDC XII/UNEB. Membro da linha de pesquisa Educação do campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (Nepe). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-0836-9051>. E-mail: dtrindade@uneb.br

segment and reveals social and political demands, specifically, in what refers to the profile of young people in the countryside who have access to higher education. The following text is a result of the research entitled "Youth in the field and higher education: a study on access and permanence in the public university held at *Campus XII* of the University of the State of Bahia (UNEB)". A study that considered as period for data collection to the enrollment of the students between 2013 and 2016. As a data collection procedure, a survey of the enrollments was carried out with the academic secretariat of the DEDC/XII with the intention to identify the young people from the countryside enrolled in this institution. After that, questionnaires were used with 107 youngsters from the countryside identified. With the analysis of these data, we sought to understand who were these young people, who decided to continue their studies even when the condition of being young and of the countryside was crossed by historical difficulties, access to education and the guarantee of social rights, since access to university for these has been considered as a long-standing process.

**Keywords:** Acess. Higher education. Young people from the countryside.

## JÓVENES DEL CAMPO EM LA ENSEÑANZA SUPERIOR

### RESUMEN

Por considerar la necesidad de dar visibilidad a otras formas de ser joven la investigación indica la existencia de actores sociales diversificados en este segmento y que revelan demandas sociales y políticas, por lo que el foco de este trabajo es la juventud del campo, específicamente, en lo que se refiere al perfil de los Jóvenes del campo que tiene acceso a la enseñanza superior. El texto que sigue es el resultado de la investigación titulada "Jóvenes del campo y educación superior: un estudio sobre el acceso y permanencia en la universidad pública realizada en el *Campus XII* de la Universidad del Estado de Bahia (UNEB)". Estudio que consideró como período para el levantamiento de datos a las matrículas de los ingresantes entre 2013 y 2016. Como procedimiento de recolección de datos, se realizó el levantamiento de las matrículas ante la secretaría académica del DEDC/XII con la pretensión de identificar a los jóvenes oriundos del campo matriculados en esta institución. Después de eso, se utilizaron cuestionarios con 107 jóvenes del campo identificados. Con el análisis de esos datos buscamos comprender quiénes son esos jóvenes, que decidieron continuar los estudios incluso cuando la condición de ser joven y del campo, estuvo atravesada por dificultades históricas, de acceso a la educación y la garantía de derechos sociales, una vez que el acceso a la universidad para estos ha sido considerado como un proceso de longevidad, de enfrentamientos.

**Palabras clave:** El acceso. Enseñanza superior. Jóvenes del campo.

### INTRODUÇÃO

Este texto é um convite para conhecermos o perfil dos jovens do campo que começaram a adentrar o espaço universitário, que é físico e

também simbólico, teórico, antes ocupado prioritariamente por jovens urbanos, brancos, das camadas sociais privilegiadas.

É importante mencionarmos que nesta pesquisa o jovem do campo de quem falamos relaciona-se aqueles que moram em espaços rurais, filhos de pequenos agricultores, que incorporam desde cedo o trabalho agrícola. São parte de um processo de socialização em que “rapazes e moças no meio rural, [...] constituem-se em função das expectativas dos pais em relação ao futuro dos filhos e das filhas, sendo decisivas, por exemplo, na elaboração dos projetos profissionais dos jovens e nos processos sucessórios no interior das famílias agricultoras” (WEISHEIMER, 2005, p. 26). São jovens que assumem papéis diferentes dos que jovens pertencentes a outras categorias sociais vivenciam.

Por isso, colocar as lentes da pesquisa nos jovens do campo é relevante, uma vez que a discussão científica/acadêmica sobre o acesso desses jovens à universidade ainda é recente, mesmo considerando a atual expansão das instituições de ensino, a interiorização e democratização do acesso na educação superior no Brasil. A carência de pesquisas científicas, neste sentido, deve-se, até então, a estudos limitados aos jovens universitários de contextos urbanos, portanto, ao reconhecimento quase homogêneo de uma realidade social, organizada pela similaridade de um mesmo grupo (ZAGO, 2006; PAIS, 1990).

É importante pontuarmos que o próprio conceito de juventude, em muitas pesquisas, tem se caracterizado pela adjetivação de acordo o modo de vida e comportamento vinculado, na maioria das vezes, aos espaços urbanos e nesse contexto foram feitos retratos de um grupo como representação de um todo. Mas, como pode o todo sem a parte ser o todo? Ao parafrasearmos o poema de Gregório de Matos, indagamos: como falar de juventude sem considerar as singularidades do ser jovem? Nessa perspectiva, ressaltamos a relação histórica e social que perpassa múltiplos olhares e conceitos vinculados a experiências de juventudes, considerada “epistemologicamente imprecisa” quando não situada como define Spósito (2000, p. 7).

Assim sendo, se não se conhecem as singularidades que compõem as condições juvenis, é difícil pensarmos políticas e práticas inclusivas, sejam elas educacionais ou não. Fato que compromete o incentivo, a manutenção e equalização de políticas introduzidas, sobretudo, no meio rural, com condições suficientes de possibilitar oportunidades capazes de amenizar os contrastes sociais e o distanciamento entre rural<sup>4</sup> e urbano.

Esta pesquisa, então, possibilita compreender singularidades da juventude do campo em nossa sociedade, seus enfrentamentos diários, os limites impostos, a desvalorização, a falta de investimento em políticas socioeducacionais e culturais, a situação de esquecimento, invisibilidade e o retrato de negação dos seus direitos em diversos setores sociais, em especial, na educação.

Para tanto, esta investigação tomou como contexto de pesquisa a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especificamente o Departamento de Educação – DEDC *Campus XII*, localizado na cidade de Guanambi. O interesse se justifica porque a Uneb, por ser multicampi e ofertar cursos de graduação em 24 regiões do Estado da Bahia, atende a localidades distantes da capital do estado onde se localiza a maior oferta de educação superior. A Uneb afirma ser uma instituição que visa à interiorização do ensino superior público e de qualidade, através do atendimento desempenhado por meio de políticas afirmativas de caráter extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas, o que corresponde a 417 municípios baianos beneficiados. Essa é uma instituição com destaque nacional pelo fato de ter sido uma das primeiras universidades do país a implantar políticas de ações afirmativas por meio de cotas (CRUZ, 2016; MARQUES, 2019). Nesse sentido, ao termos como foco da análise a juventude do campo e o acesso ao ensino superior, a Uneb emergiu como instituição por meio da qual pressupomos que o direito a esse nível educacional pudesse ocorrer de modo mais próximo e inclusivo.

---

<sup>4</sup> Para tanto, compartilhamos da ideia de Marques (2017, p. 5) de que “a categoria *rural* refere-se, no Brasil, a um espaço não urbano. Seu sentido é tão abrangente que se torna abstrato para denominar modos de vida particulares nos rurais”.

Para tanto, a pesquisa exigiu a utilização de vários procedimentos e instrumentos para a colheita de dados. Realizamos inicialmente o levantamento em bancos de informações na secretária acadêmica do *Campus XII* e só posteriormente fizemos uso do questionário e da entrevista.

De início, por meio da análise da documentação que tivemos acesso na secretaria acadêmica, buscamos identificar as matrículas dos estudantes do campo no Departamento de Educação DEDC/XII. Tomamos como base os ingressantes do período de 2013 a 2016 dos quatro cursos ofertados nesse *Campus* (Pedagogia, Educação Física, Administração e Enfermagem). Nessa fase, foram identificados 144 estudantes do campo matriculados no departamento, isto é, que declararam endereços rurais.

Feito esse levantamento, utilizamos o questionário devido à necessidade de conhecer o perfil dos estudantes do campo que realizam a graduação na Uneb, *Campus XII*. Destacamos que a pretensão era que os 144 estudantes respondessem aos questionários. Todavia, isso não ocorreu por conta que os dados foram coletados no primeiro semestre de 2017 e os questionários só foram aplicados no segundo semestre desse citado ano. Assim, alguns estudantes já não estavam mais na instituição, uma vez que haviam concluído o curso (20 casos); outros tinham desistido (06 casos); não quiseram responder (03 casos); estava de licença maternidade (01 caso); faltaram à aula no dia da aplicação do questionário (11 casos). Ao total, então, 41 estudantes identificados inicialmente como do campo não responderam ao questionário.

No processo de pesquisa, 02 estudantes manifestaram interesse em participar do estudo por residirem no campo, mas não haviam declarado endereço rural nas suas matrículas. Desta forma, 107 graduandos/as do campo responderam aos questionários.

### **Sobre o perfil discente: quem são os jovens que acessam o ensino superior no DEDC/XII/UNEB?**

A imersão no contexto da pesquisa e o contato com os dados levantados permitiram, em primeiro momento, perceber uma nova

categoria social que permeia os espaços dos *campi* da Uneb. Como apontam os dados do anuário 2016 (ano-base 2015) da Universidade do Estado Bahia, matriculou-se nos cursos de graduação presencial de oferta contínua, no ano de 2015, um total de 21.899 estudantes. Desse total, Marques (2019) constatou em sua tese que menos de 5% são jovens do campo, o que para a autora mostra que, mesmo a Uneb como instituição que interioriza o Ensino Superior, ainda não deu conta de incluir um número significativo da juventude que reside em espaços não urbanos.

No caso do DEDC *Campus XII*, o percentual de matrículas de jovens rurais é superior à média geral da Uneb, chegando a mais de 15% das matrículas, o que se justifica em parte pelo grande número da população rural na microrregião onde se localiza o referido *Campus*, assim como pela proximidade entre o município sede (Guanambi) e os demais que compõem o território (MARQUES, 2019). Para além dos números, consideramos que compreender quem são esses novos atores que acessam atualmente o ensino superior público é relevante para se pensar políticas cada vez mais inclusivas na universidade. Ou seja, faz-se necessário saber quais as origens, condições juvenis de sexo/gênero; classe; raça/etnia; ocupação/ trabalho, enfim, as especificidades dos/as universitários que têm acessado a universidade. Conforme Zago (2006, p. 229) afirma, estudos como este permitem conhecer além do perfil as "estratégias de investimento adotadas diante da realidade do estudante e a exigência do curso, enfrentamentos, para além do acesso, mas, sobretudo, nas condições de permanência no Ensino Superior".

Para entender melhor essas questões, realizamos, entre março a agosto de 2017, um levantamento nas matrículas dos estudantes na Uneb *Campus XII*. Os resultados obtidos indicaram que estão matriculados nesse referido *Campus* o total de 853 alunos nos cursos de graduação presencial, sendo 199 em Administração (noturno), 164 em Educação Física (diurno), 119 em Enfermagem (diurno) e 371 em Pedagogia (matutino e noturno).

Desse total, identificamos que 144, isto é, 16,8% dos estudantes do DEDC/XII declararam, no momento da matrícula, residirem em localidades

rurais nos municípios que compõem o território de identidade onde se localiza o departamento. O quadro a seguir apresenta o número de jovens do campo por curso e semestre no DEDC/XII.

**QUADRO I** - Alunos do campo matriculados por curso e semestre no DEDC XII – 2017

CURSOS	2º/sem.	4º/sem.	6º/sem.	8º/sem.	10º/sem.	DESM.	Fem.	Masc.	Total de alunos
Pedagogia matutino	12	08	09	08	-	-	37	-	37
Pedagogia Noturno	06	05	12	03	-	-	24	02	26
Administração	07	06	06	03	08	-	20	10	30
Enfermagem	07	05	03	03	-	-	17	01	18
Ed. Física	08	07	06	08	-	04	28	05	33
Total	40	31	36	25	08	04	126	18	144

**Fonte:** Secretária Acadêmica – DEDC/XII/2017.

Apesar de não ser o foco desta pesquisa, é possível observar que os dados informados no quadro reafirmam o que pesquisas em âmbito nacional têm mostrado sobre a maior participação do sexo feminino nos cursos universitários. Conforme estudo realizado por Barreto (2014, p. 12) com base na publicação do IBGE denominada Estatísticas de Gênero, “em 2011, as estudantes eram maioria entre as/os universitárias/os na faixa etária de 18 a 24 anos. Elas representavam 57,1% do total de matriculadas/os”. Dados comparados a esses demonstram que na Universidade do Estado da Bahia os candidatos inscritos por sexo, processo seletivo e modalidade de oferta, contemplam um total de 157.811 estudantes, destes 106.554 são do sexo feminino (UNEB, 2016). O que se observa de acordo com o quadro é que as jovens mulheres do campo seguem essa mesma lógica das matrículas tanto em âmbito nacional quanto no âmbito da Uneb como um todo.

Observa-se também que, apesar de todo volume de matrícula contar com expressiva presença feminina, essa participação acontece majoritariamente nos cursos de licenciatura. Os resultados evidenciam deste modo, a forte hierarquização dentro da própria universidade. Chama nossa

atenção o aumento da presença feminina nos espaços universitários e ao mesmo tempo sua ausência em cursos historicamente permeados por homens. Podemos considerar, neste sentido, que se trata de uma contradição imposta social e culturalmente ao papel que deve ser assumido pelas mulheres.

Essas contradições também envolvem um processo de baixa valorização dos estudantes das camadas médias inferiores, devido à seletividade socioeconômica, o que revela a inexistência da democratização no processo de ingresso na universidade, conforme nos explica Carrano (2002, p.140).

Essa seletividade revela a ausência de processos democráticos de ingresso; o acesso de candidatos com baixo desempenho no transcurso da vida acadêmica estaria ocorrendo somente em cursos pouco concorridos, tais como aqueles relacionados com as licenciaturas. Assim, qualidade e democratização seriam incompatíveis no que diz respeito a profissões desvalorizadas. [...] os estudantes de camadas médias inferiores da população mudaram a composição social da universidade; entretanto, isso ocorreu somente em algumas instituições e cursos (CARRANO, 2002, p. 140).

8

O autor revela que, no início deste século, a ampliação do acesso às instituições públicas de ensino superior tem contribuído de modo a conduzir candidatos com baixo desempenho no transcurso da vida acadêmica a cursos pouco concorridos, como as licenciaturas. Isso é evidenciado no quadro I, quando os dados apresentados indicam que, em alguns cursos, as matrículas entre o segundo semestre (ano de ingresso 2016) e o décimo semestre (ano de ingresso 2013) sofreram um aumento gradativo de jovens do campo, sobretudo de jovens mulheres nos cursos de Pedagogia e Educação Física em relação à Administração e Enfermagem.

Pressupomos que a ampliação do acesso dos jovens do campo ao ensino superior vincula-se à iniciativa das políticas públicas de expansão desse nível de ensino, entretanto, esse ingresso comprovadamente exprime as assimetrias da sociedade, já que a presença dos mesmos se restringe a alguns cursos, áreas e instituições.



A maior presença de jovens do campo no DEDC/XII nos últimos anos (16,8%) indica um processo de democratização da universidade decorrente das políticas de acesso mais recentes implantadas no Brasil, a exemplo, do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e da política de cotas. O crescimento das matrículas dos estudantes do campo no ano de 2016 confirma que, justamente pela democratização do acesso, esses conseguiram ingressar no ensino superior, característica incomum de anos anteriores.

A análise dos dados institucionais de matrículas dos jovens do campo do DEDC/XII também serviu como indicador para a segunda etapa da pesquisa. Nesta, foram entregues questionários aos estudantes do campo identificados com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os seus perfis. A análise desse instrumento de pesquisa revelou o seguinte perfil dos estudantes do campo no contexto do DEDC/XII:

**QUADRO II** - Perfil dos estudantes do campo quanto à idade, endereço, estado civil e trabalho – 2017

	<b>De 18 a 25</b>	<b>80</b>
<b>Idade</b>	De 26 a 33	24
	Mais que 33	02
	Não informou	01
<b>Endereço atual dos Estudantes</b>	Campo	75
	Cidade	14
	Cidade por conta da UNEB	15
	Residência estudantil	02
	Não informou	01
<b>Estado civil</b>	Casado	30
	Solteiro	73
	Divorciado	02
	União estável	01
	Não informou	01
<b>Trabalham</b>	Sim	34
	Não	71
	Não informou	02
<b>Bolsista</b>	Sim	61
	Não	43
	Não informou	03

**Fonte:** dados do questionário.

Conforme dados apresentados no quadro II, os/as jovens do campo que cursam suas graduações na Uneb Campus XII apresentam idades

majoritariamente entre 18 a 25 anos. Ou seja, dos 107, 80 encontram com idade “ideal” para estar na universidade.

Este dado revela que, mesmo sendo jovens do campo e enfrentando a negação histórica do direito à escolarização nos espaços rurais (MARQUES, 2019), no contexto do DEDC/XII parecem atender ao critério de idade estabelecido no país para o acesso a esse nível de ensino, o que mostra que distanciam de dados apresentados em outras pesquisas quando se referem a jovens de classes populares. Esses indicam uma presença “em grande parte com os graduados de longa data, estudantes com mais de 24 anos, excluídos da educação superior pelo seu elitismo histórico” (RISTOFF, 2014, p. 726) ou ainda com um crescimento baixo na taxa de escolarização para esta população, contrariando, principalmente a meta do Plano Nacional da Educação de inserir 30% de jovens da faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior até o final da década, o que não aconteceu nem mesmo em regiões de maior prestígio econômico.

Sem dúvida, o critério idade dos/as jovens do campo demonstra rupturas que alteram o perfil discente no ensino superior pela entrada daqueles/as cujo processo de acesso aos espaços universitários foi historicamente negado.

Em relação à moradia, 17 dos/as 107 jovens do campo que cursam suas graduações no *Campus XII* vivem nas cidades, sedes de seus municípios de origem, por conta da necessidade de trabalho e estudo na Uneb. Alguns moram com parentes e outros na residência estudantil da instituição em Guanambi. Outros 14 disseram que moram na cidade por conta de outros vínculos (o casamento é o principal motivo). Isto não quer dizer que não sejam jovens do campo, pois suas famílias (pais e mães) e suas vidas (infância, trabalho na agricultura) se vinculam ao campo.

A maioria dos jovens identificados, 75 dos 107, vivem no campo. Para isso, deslocam-se todos os dias para a cidade de Guanambi onde se localiza o *Campus* da Uneb em que estudam.

Quanto ao estado civil, 73 dos/as universitários/as do campo declararam serem solteiros/as, 30 casados/as, 02 divorciados/as, 01 em união

estável e 01 não informou. 03 das oito jovens entrevistadas, por exemplo, são casadas e duas disseram ter filhos. No caso das jovens que são mães isso traz implicações para sua condição de estudante universitária e sua permanência, uma vez que elas relataram que, pelo curso ser diurno, ficam distantes dos filhos durante todo o dia e quando chegam as suas casas precisam conciliar o tempo com os filhos (as) e com as leituras exigidas pelo curso. Condições como essas também foram relatadas nas pesquisas de Marques (2019) e de Aguiar e Paes (2018).

Sobre a situação econômica e trabalho/ocupação, de acordo os dados do quadro II, 71 dos/as jovens do campo matriculados/as nas graduações do DEDC/XII não trabalhavam no período da pesquisa enquanto 34 desempenhavam atividades com vínculo empregatício na área urbana. 61 são contemplados/as com bolsas oferecidas pela universidade, pela prefeitura municipal e pelo governo do estado (estágio, auxílio residência, PIBID<sup>5</sup>, Bolsa PRAES<sup>6</sup>, Iniciação Científica – I.C, monitorias, Programa Mais Futuro<sup>7</sup>). Foi possível observar também que a maioria vê as bolsas como trabalho, já que exercem funções de monitoria de ensino, pesquisa ou extensão com carga horária semanal e porque as bolsas são suportes para além da assistência estudantil com implicações na vida de toda a família.

No que se refere à forma de ingresso, os/as estudantes responderam que acessaram a universidade por meio do vestibular e do Enem/Sisu (86 e 21 casos respectivamente).

---

<sup>5</sup> O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino (BRASIL, 2008).

<sup>6</sup> As bolsas da Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) são constituídas de duas modalidades de auxílio, a saber: Bolsa Auxílio-Residência e Bolsa Auxílio-Permanência. É direcionado a estudantes regularmente matriculados em curso de Graduação presencial na UNEB e que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UNEB, 2017).

<sup>7</sup> Mais Futuro: é um programa de assistência estudantil que beneficia estudantes em estado de vulnerabilidade financeira. Dentro do perfil do programa, o estudante será contemplado com bolsa auxílio permanência e bolsa estágio (UNEB, 2017).

Em relação ao uso da política de cotas, 51 afirmaram ter utilizado; 53 não e 03 não informaram. Os dados apontam que quase a metade dos 107 estudantes (51) ingressou na Uneb por meio da política de cotas. Podemos inferir, neste sentido, que essa política de inclusão por meio de uma ação afirmativa é muito importante, pois cria a expectativa de uma maior igualdade no processo de ingresso no ensino superior, uma vez que possibilita a garantia de um percentual de vagas destinadas a alunos egressos de escola pública, pretos e pardos (negros) e indígenas, característica comum à população do campo e às/aos jovens participantes desta pesquisa especificamente.

A afirmação anterior se justifica, uma vez que quanto à declaração de cor/etnia, dos 107 participantes jovens do campo, 45 se definem como pardos; 35 como pretos; 04 como negros; 01 índio; 19 brancos e 03 amarelos, como mostra o quadro a seguir:

**QUADRO III** – Perfil dos estudantes quanto às formas de ingresso e pertencimento étnico

Formas de Ingresso	Vestibular	86
Pertencimento Étnico	ENEM/SISU	21
	Pardo	45
	Preto	35
	Índio	01
	Branco	19
	Amarelo	03
	Negro (outros)	04
Políticas de Cotas	Sim	51
	Não	53
	Não Informou	03

**Fonte:** Dados do questionário.

Ao levarmos em conta que pretos e pardos compõem a categoria de negros no Brasil e que 04 estudantes já se definiram assim, concluimos que 84 dos 107 jovens do campo estudantes no DEDC/XII são negros. Desses 84, 51 usaram a reserva de vagas (conhecida como cotas) para terem acesso à Uneb, instituição pioneira na criação dessa política no Brasil (MATTOS, 2010).

Sobre a situação familiar, podemos observar no quadro IV que os pais dos/as jovens caracterizados nesta pesquisa como do campo, em sua

maioria, são pequenos agricultores e as mães conjugam essa atividade com o trabalho doméstico. Outros articulam o trabalho na agricultura com ocupações com o ramo da construção civil, vendas, docência, entre outros. 95 dos 107 disseram que os pais residem nos espaços rurais.

Em relação à renda, pudemos constatar que 74 dos 107 estudantes têm sua renda familiar de 100 a 1.000 reais; 20 de 1.000 a 2.000 reais e 03 mais de 2.000. Ou seja, a maioria das famílias dos/as jovens do campo universitários/as vive com até 1000 reais mensais.

Esses dados podem ser considerados sob alguns aspectos, ou seja, a Uneb, por meio do DEDC/XII, atende ao município de Guanambi e às cidades circunvizinhas, que se caracterizam por uma dinâmica cuja peculiaridade está fortemente vinculada à relação campo-cidade. Isto é, a população desses municípios tem grande representatividade da população do campo e sua economia gira em torno da agricultura familiar e a agropecuária. O quadro abaixo mostra esses resultados.

**QUADRO IV - Renda familiar, local de moradia e profissão dos pais**

<b>Profissão dos Pais</b>	<b>Lavradores; agricultores; produtores rurais</b>	<b>81</b>
	Aposentados	09
	Professor	08
	Dona de casa; doméstica	14
	Vaqueiro; trabalha em fazenda	02
	Pedreiro; ajudante de pedreiro	04
	Funcionário Público	03
	Outras (empregada domestica recepcionista; autônomo; técnico em comunicações; feirante; motorista)	06
<b>Local de moradia dos pais</b>	Campo	95
	Cidade	07
	Distrito	03
	Comunidade Quilombola	01
	Não Informou	01
<b>Renda Familiar</b>	De 100 a 1.000	74
	De 1.000 a 2.000	20
	Mais de 2.000	03
	Não Informou	10

**Fonte:** Dados do questionário.

Enfim, em resposta à questão que intitula este tópico, os/as jovens do campo apresentam-se como novos atores que compõem o perfil do DEDC/XII da Uneb. Estes/as rompem com uma tradição da universidade

brasileira, marcada por um sistema de elites, e rompem com o determinismo social. O aumento da participação da população do campo no ensino superior comprova a presença de um perfil universitário cada vez mais diverso que, apesar das condições desfavoráveis, trava lutas diárias para terem acesso a direitos sociais como a educação conforme as narrativas dos/as entrevistados/as mostram.

### **As narrativas dos/as jovens do campo como elemento construtor do diálogo**

Buscamos neste tópico apresentar as experiências de oito jovens do campo em sua relação com o mundo universitário em diferentes cursos de graduação. Essas experiências são expostas a partir do olhar e das narrativas dos/as entrevistados/as, aqui denominados de Marias e Joãos<sup>8</sup>.

Neste sentido, optamos por chamar de João Militante o estudante do sétimo semestre do curso de Pedagogia. A referência ao militante diz respeito a sua militância quanto à educação do campo e movimentos sociais; Maria Valente é estudante do quinto semestre de Pedagogia do turno matutino, a inspiração ao nomeá-la evidencia sua valentia diante dos desafios, preconceitos vivenciados na educação básica e na universidade, em desejar mudança, ser diferente; Maria Vitória, estudante de Administração, está no sétimo período e o nome dado a ela se justifica porque não desistiu de continuar seus estudos, mesmo diante das barreiras, perdas e da necessidade de sair de sua comunidade para estudar; Em relação à Maria Determinada, estudante do terceiro semestre do curso de Enfermagem, a denominação se justifica por percebermos em sua fala a satisfação e a determinação quanto ao curso, uma vez que bem antes do ingresso na universidade sabia ao certo qual profissional e qual curso pleitear; Maria Guerreira é uma jovem que cursa o terceiro semestre de Educação Física. Com um olhar forte e de palavras motivadoras, a estudante sempre batalhou pelo que desejava – pensa sempre longe, em alcançar seus objetivos; Já Maria Desbravadora, estudante de

---

<sup>8</sup> Com esse procedimento, buscamos atender às recomendações éticas das pesquisas com seres humanos de acordo registro (CAAE: 66231716.1.0000.0057) e aprovação da pesquisa (Parecer: 2.075.294) no Comitê de Ética (CEP/UNEB).

Administração, sempre desafiou o meio em que estava inserida, de maneira a nem sempre aceitar o que era posto. Fez de seus desejos escolhas e determinações; Maria da Luta cursa o nono semestre de Enfermagem, participante do movimento estudantil do curso, é envolvida em questões de luta e desafios os quais considera superar pela força de vontade. Por último, apresentamos o retrato de João Batalhador, estudante do sétimo semestre de Educação Física. A opção por esse nome tem a ver com sua força em permanecer na universidade apesar dos poucos recursos financeiros da família, da falta de transporte escolar e da não contemplação com bolsas auxílios.

Assim, as seções seguintes descrevem interpretações analisadas a partir dos elementos que são transversais às experiências e pontos que revelam as condições de jovens do campo pobres que acessam e permanecem na universidade.

### **“Entre aspas”: os primeiros da família a ingressar no ensino superior**

15

Acessar o ensino superior no Brasil é superar a seletividade que persiste em invisibilizar as desiguais condições de classe/sexo/raça e localização/origem dos setores populares, o que representa ainda uma baixa participação no seleto espaço universitário brasileiro.

No caso dos jovens do campo, a pequena participação 6,9% no número de matrículas na Educação Superior (dados do observatório do PNE, 2016) tem sido superada por meio das políticas implantadas nas últimas décadas e das ações da família, escola, assim como da mobilização dos/as próprios/as estudantes que desafiam e rompem com a forte hierarquização do sistema, o que hoje faz como eles/as se vejam como “privilegiados” ou “entre aspas” em relação aos seus pais, aos seus familiares e em relação à maioria dos/as jovens das suas comunidades rurais. Como nos narrou Maria Valente “- Sou entre aspas, a diferentona da família por ter entrado na universidade, a primeira...”.

Essa condição de Maria Valente, de ser “entre aspas”, é comum a maioria dos colaboradores desta pesquisa, já que, dos oito jovens, apenas duas tiveram alguém da família a acessar o ensino superior anteriormente.

Esse não acesso à universidade, segundo os/as entrevistados/as, é resultado da projeção desse espaço para a elite e classe média, bem como da falta de informação, da restrição dos mecanismos que auxiliam conhecer o universo da instituição e as ferramentas de ingresso, os conteúdos que são exigidos nos processos seletivos e os formatos das provas. Ou como Teixeira (2012, p. 19) afirma, ao parafrasear o poeta sevilhano Antônio Machado, “para os jovens das camadas populares o caminho até a universidade se faz ao caminhar”.

Em oposição ao esperado para os sujeitos do campo, os/as jovens narram mecanismos que desconfiguram uma lógica atravessada pelo ciclo cultural *“Porque, geralmente, lá na escola, as pessoas não tinham a perspectiva de continuar estudando, né? Terminavam o ensino médio, casavam, tinham filhos e pronto. A vida acabou”* (Maria Desbravadora).

Os oitos jovens entrevistados, portanto, rompem com essa falta de perspectiva apresentada por Maria Desbravadora, já que para eles/as o que se esperava era, no máximo, o ensino médio. Segundo as contribuições de Weisheimer (2005, p. 26), “as possibilidades de inserção social dos jovens estão condicionadas aos recursos materiais e simbólicos que lhes são disponibilizados ao longo do seu processo de socialização”. E isso pode influenciar no prolongamento da escolarização, como é a situação de jovens do campo.

Pelos dados deste estudo, quando chegam aos cursos do DEDC/XII da Universidade do Estado da Bahia, constata-se um prolongamento da escolarização das pessoas que compõem as atuais gerações do campo e, portanto, há uma ruptura com os condicionantes materiais, históricos, sociais e geográficos. Isto porque “ser jovem potencializa questionar projetos políticos-culturais que sufocam transformações, ainda que não necessariamente todos os indivíduos em idades jovens busquem mudanças [...]” (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015, p. 23). Os jovens do campo que acessam



o ensino superior parecem ser do tipo que questionam projetos políticos-culturais, experimentam outras condições e tornam-se “entre aspas”.

### **Fecharam a escola no campo: os jovens da roça na escola da cidade**

Fechar escolas é crime, todavia, é algo muito comum na realidade do campo brasileiro. Como denunciado pelos dados do censo escolar, mais de 37 mil escolas no campo foram fechadas nos últimos 15 anos no país. Na Bahia, no ano de 2014, foram fechadas 872 escolas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2014), o que vai de encontro ao que determina a lei 12.960, sancionada em 2014, que proíbe o fechamento das escolas rurais, indígenas e quilombolas. Isso também contraria direitos assegurados de acesso à escola pública e gratuita próxima da residência das crianças e adolescentes como estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 1990, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96.

Nas narrativas contadas pelos/as entrevistados/as, por exemplo, conseguimos perceber essa marca em suas trajetórias, uma vez que vivenciaram a experiência de terem a escola fechada e a obrigação de saírem da sua comunidade rural para estudarem na cidade.

*- Eu estudei em uma escola do campo, na época, até a segunda série, e aí a escola fechou e a gente não sabe o porquê que fechou. E aí eu fui fazer o terceiro ano na cidade. Desde então eu sempre estudei em escola pública na cidade (Maria Valente).*

Estudantes de escola pública, a maioria dos jovens entrevistados estudou em turmas multisseriadas, fechadas sem motivo aparente, ou então, estudou em escolas que ofereciam somente o ensino fundamental até a quarta série (hoje denominado 5º ano).

Quando os municípios fecharam as escolas no campo, os/as estudantes foram remanejados/as para a cidade, o que trouxe mudanças em suas vidas conforme narra Maria Desbravadora “Inicialmente minha amiga me levava de bicicleta, aí depois de... sei lá, alguns meses a

prefeitura liberou um transporte, a Kombi que sempre deixava a gente na mão, tinha que empurrar, a porta caía... [risos]”.

Do mesmo modo como percebemos na fala de Maria Valente e Maria Desbravadora, essa situação também foi vivenciada por Maria Determinada.

*- Eu estudei até a segunda série em multisseriada, aí quando foi no terceiro... Na minha comunidade tinha uma escolinha lá, só que depois tava faltando professores [...] a gente foi pra outro município numa escolinha... consegui fazer esse remendo, colocar a gente lá. Só que acabou ficando inviável a gente indo todo dia de manhã cedo. A gente ia a pé, meu irmão me levava de bicicleta, até de cavalo a gente já foi. Aí como lá tava muito dificultoso pra ir e minha mãe via que não dava mais, tinha ônibus pra cidade, na terceira série eu vim pra cidade (Maria Determinada).*

A expressão “esse remendo”, utilizada por Maria Determinada, ilustra uma realidade experimentada por ela que corresponde à “adaptação” educacional frequentemente assumida pelas escolas rurais ou que recebem alunos do campo na cidade. Essa adaptação se baseia na tendência de suprir, de adaptar aos outros, através da escolarização oferecida na cidade, o primado da “educação de qualidade”. Entra em cena, como dispõe Fernandes (1999, p. 34), “o determinismo geográfico como fator regulador da qualidade da educação”. Fato que muitos estudantes do campo, tanto em âmbito local como nacional, vivenciam.

Contrário a isso, Silva (2011, p. 52) nos alerta que a escola deve servir de ferramenta para a conquista social, “para tanto é relevante que ela respeite a especificidade, o direito dos povos do campo de terem sua cultura, sua identidade [...]”. Em antítese a isso, nas experiências dos/as jovens universitários que entrevistamos no contexto do DEDC XII na Uneb, o que se evidenciou foi à negação das escolas nos próprios espaços rurais, assim como o silenciamento da cultura e identidades do campo.

### **A experiência universitária narrada pelos/as jovens do campo**

Incentivados/as pela escola, amigos, família, os/as jovens do campo começaram a projetar novos objetivos que os conduzissem aos espaços universitários.

- Pra mim foi bom, entendeu? É algo que eu esperava, eu sempre quis fazer meu curso superior na rede pública e sempre tentei... tô tentando meu objetivo, entendeu? Recentemente também passei em uma instituição privada, mas não foi o que eu queria... eu quero meu certificado de universidade pública, então, tô aqui, entendeu? Pra mim, passar foi muito bom que hoje eu estou caminhando nos meus objetivos, estou seguindo em frente. (Maria Guerreira).

A fala de Maria Guerreira mostra sua determinação em cursar o ensino superior público e conseguir cada vez mais superar os desafios da sua condição juvenil. Foi possível perceber que a estudante já tinha noção da função da Universidade antes mesmo de adentrá-la, diferente de alguns colegas como João Batalhador, Maria Valente e João Militante que a desconheciam. João Batalhador afirmou:

- Eu não conhecia a Uneb, não sabia que tinha Uneb em Guanambi. Eu ia fazer vestibular pra Faculdade Guanambi, que é a FG. Só que meu pastor... a esposa do meu pastor me orientou a fazer da Universidade do Estado da Bahia. Eu não conhecia até então.

Nesse mesmo sentido são as narrativas de Maria Valente e João Militante.

- Nossa! Quando eu fiz Ensino Médio, eu não tinha noção como seria o vestibular, o Enem, isso não foi explicado para ninguém. E aí, quando eu terminei o Ensino Médio, eu fui fazer o ENEM, porque algumas tias minhas disseram do ENEM e tal. E aí eu fiz o ENEM e eu fiz também o vestibular daqui da UNEB por causa dessas tias minhas, que me informaram. (Maria Valente).

- Era uma coisa que eu não sabia que existia. Inclusive meu pai já fez algumas obras aqui, eu sabia que existia a Uneb, eu não sabia o quê que era. Eu ficava... "pra que que serve esse negócio?" Já vim aqui antigamente... eu lembro do auditório... eu ficava "pra quê que serve isso daqui?". E quando eu fui pra o ensino médio eu tinha vários colegas que faziam escola particular no oitavo e já chegaram no ensino médio com a intenção daquela universidade, isso foi lá em 2007, 2008 ... e eu não sabia, ficava "gente...pra que estão fazendo isso, sabe?" Ah! Porque eu pensava assim "tem que se formar técnico, eu vou me formar técnico". (João Militante).

Observamos que João Militante, em especial, afirma que desconhecia as funções da universidade e, ao mesmo tempo, projetava para si apenas a formação técnica como mecanismo de participação no mercado de trabalho. Compreensão frequente a grupos sociais que assumem ainda bem cedo o compromisso do trabalho, e muitas vezes são impossibilitados de

continuar os estudos. Souza e Vazquez (2015, p. 411), em diálogo com outras teorias e pesquisas, afirmam que:

Os jovens de escolas públicas (por conta de sua origem predominante nas camadas populares) possuem baixa expectativa de continuidade dos estudos (em geral, e de ingresso no ensino superior em particular, especialmente na universidade pública) e alta expectativa de ingresso no mercado de trabalho (por conta da necessidade de contribuir com a renda familiar).

Essas expectativas abordadas pelos autores correspondem a um período que antecede a entrada no ensino superior e que, em muitos casos, para os/as filhos das classes populares do campo e da cidade, é determinada pela necessidade do trabalho para contribuir com a renda familiar, o que implica a não continuidade nos estudos. Realidade que se evidencia também pela falta de informação e pelas formas de ingresso na universidade como descrito pelos/as estudantes.

Mesmo diante desse cenário, o desejo de continuar estudando motivou esses/as jovens a construir estratégias para chegar ao ensino superior: ajuda de parentes; estudos individuais; realização de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e vestibular; privações materiais e de lazer para investir na preparação. Tudo isso significou para eles/as um amadurecimento conforme ressalta Maria Desbravadora “- *Eu acho que a gente amadurece muito como pessoa, né? Você começa a pensar fora da caixinha, pensa no todo*”.

Essa fala de Maria Desbravadora traz detalhes comuns ao que os/as outros/as estudantes, na condição de universitários/as, narram:

- *Eu acho que cresci muito enquanto formação política, eu acho que eu cresci demais dentro da universidade. Acho que as parcerias que eu tive aqui e as meninas que conviveram comigo, ser residente, ser do movimento estudantil, do diretório acadêmico, me cresceu demais como pessoa, sabe? Como ser que luta por alguma coisa. Eu acho que eu aprendi a valorizar mais as pessoas, principalmente aquelas pessoas do campo, né? Eu entendo que, de certa forma, tudo aquilo que acontece eu não banalizo mais, porque a gente acaba banalizando muito essa situação do viver no campo, ser pobre e ser um jeca, que é o que muita gente fala. (Maria da Luta).*

- *Mudou muita coisa. Hoje eu vejo que tive a oportunidade de apresentar um trabalho, um artigo científico em outro estado, um*

evento Nacional. A oportunidade de viajar de avião, que eu jamais teria condições, né? [...] Coisas que eu via na televisão que eu achava que seria difícil pra mim conquistar. [...] A oportunidade de vim pra universidade acho que melhorou muito a minha vida... ter essa oportunidade de estar aqui, de ter esse contato com os colegas, né? (Maria Vitória).

- Eu pude compreender o meu papel histórico, sabe? Depois que eu comecei a compreender a dimensão de como o homem do campo, a mulher do campo, foi negado de educação, saúde, de políticas públicas... quando eu olho pros meus avós e olho pra esses senhores e senhoras na mesma idade que mora na cidade, me dá...me bate uma dor muito grande, entendeu? Porque, eles poderiam estar em uma posição de saúde hoje bem melhor. É... porque, o trabalho no campo, não que ele seja ruim, mas a gente sabe que ele é árduo, ele é pesado. (João Militante).

- Mudou o olhar sobre a sociedade. Porque quando a gente é do campo a gente é oprimido, sofre preconceito, mas a gente não tem noção das intencionalidades por trás desse preconceito, né? Eu sabia... eu sempre sofri preconceito na escola, sempre, mas eu não sabia que tinha um porquê e tal... O pessoal achava que a gente era ignorante, era burro, mas não sabia, por exemplo, as relações de poder entre os grandes proprietários das monoculturas, né? De inferiorizar os povos do campo mesmo, para que os povos do campo saiam e as terras fiquem pra eles, então mudou esse olhar, né? (Maria Valente).

O acesso ao Ensino Superior e as experiências na universidade pública são marcadas por uma série de aprendizagens: Formação política, participação no movimento estudantil (Maria da Luta e João Militante); valorização das pessoas do campo, superação da compreensão de ser camponês, mais do que isso, a compreensão dos direitos negados e a mudança no olhar sobre a realidade campesina (João Militante, Maria da Luta, Maria Valente). Além disso, para esses/as jovens do campo, na condição de universitários, há a possibilidade de conhecer outros espaços que extrapolam os muros da instituição. Como diz Maria Vitória “A oportunidade de viajar de avião, que eu jamais teria condições... né? [...] coisas que a gente vê na televisão que achava que seria difícil para mim conquistar, né? Eu já conquistei”.

As experiências narradas pelos/as entrevistados/as mostram o alargamento de oportunidades que se dá mediante a experiência de acesso e permanência na universidade. Zago (2006) explica que esse processo tem sido evidenciado em estudos no campo da sociologia da

educação produzidos no Brasil e no exterior. Tais estudos vêm fornecendo indicadores teóricos importantes para problematizar o que tem sido chamado “longevidade escolar”, casos “atípicos” ou “trajetórias excepcionais” nos meios populares como as situações dos/as jovens do campo demonstram ser.

### **Permanência universitária: acessamos a universidade, mas, e depois?**

Entrar na universidade para um jovem pode significar a realização de uma caminhada que é construída por desafios e satisfação principalmente quando esse jovem é pobre, do campo e representa o primeiro membro familiar a chegar a esse grau de ensino, ser aprovado na primeira tentativa do vestibular e Enem/Sisu. Na pesquisa, por exemplo, os/as oito jovens entrevistados/as foram aprovados/as na primeira tentativa de ingresso na universidade, o que significa a superação de um processo seletivo já no início da caminhada.

Isso porque o percurso para esses é dificultado diante dos enfrentamentos que incluem a falta de informação, a escolha do curso, o acesso e a permanência.

Segundo Teixeira (2012, p. 73), “os indivíduos escolhem cursos compatíveis com suas características sociais e escolares”. No caso desta pesquisa, os/as colaboradores/as incorporam a “opção” de graduações pelas chances e condições objetivas de cursá-las, o que parece ser resultado das limitações que a situação socioeconômica familiar impõe e da condição de permanência na instituição como observamos nas narrativas de Maria Guerreira e João Militante.

*- Eu passei logo quando eu me formei em 2007 em Salvador, só que aí não tinha como minha mãe me manter lá. Apesar de eu ter parente lá, mas não tinha como ela me manter lá, porque o gasto seria muito. Daí a gente desistiu e eu resolvi tentar aqui (Maria Guerreira).*

*- Eu tentei urbanismo em Salvador, eu fiquei na lista de espera, só que enfim... eu poderia ser chamado, mas eu acabei desistindo porque não tinha condições de me manter lá e aí pai falou assim “você pode desistir, porque não tem condição de você morar lá” (João Militante).*

Os/as estudantes do campo dividem com inúmeros outros a realidade em deixar de lado o sonho de cursar uma graduação desejada pelo fato de não ter recursos financeiros suficientes para sua permanência nas universidades/cidades que a ofertam. Nesta lógica, divididos pelo horizonte de poucas possibilidades, os/as jovens do campo que estão estudando na Uneb enfrentam também o desafio da permanência constantemente *“Você chega e todo mundo acha que você está bem, tá de boa, mas tem vezes que você tá com fome, tem vezes que você só trouxe seu almoço, tem vezes que só trouxe algo assim, pra você realmente se manter”* (João Batalhador).

A fala de João Batalhador mostra uma das dificuldades enfrentadas por estudantes pobres do campo. No caso dele especificamente, traduz a condição de não contar com uma remuneração, não ter sido contemplado com bolsa auxílio e ter as despesas assumidas pelos pais que trabalham na roça, sem renda fixa, vivendo com recursos financeiros inferiores a um salário mínimo. A permanência na universidade, então, sobrecarrega a renda da família.

Caso comum ao de João Batalhador é o de Maria Determinada que não assumiu, até agora, nenhuma atividade remunerada por conta do seu curso ser diurno, mas que espera ser contemplada com alguma bolsa auxílio *“Eu só estudo e a minha mãe, ela que me sustenta aqui em tudo, em aluguel, porque eu não recebo nenhuma bolsa, nenhum auxílio. Agora que eu fiz a minha inscrição no Mais Futuro e tô na confiança, né?”* (Maria Determinada).

A tentativa de conseguir a bolsa permanência evidencia o poder *“viver a universidade”*, uma vez que conciliar trabalho formal e estudos por conta das exigências da condição de estudante universitária é uma dificuldade vivenciada por muitos/as jovens brasileiros/as, em especial, os/as jovens do campo. Como podemos observar na fala de João Militante:

- No primeiro semestre eu trabalhava. Trabalhava de oito a meio dia e de uma as cinco pra poder sair mais cedo, ir em casa na roça e voltar. Eu trabalhei assim até o quarto ou quinto semestre, foi quando eu conseguir a bolsa de IC. Então, essa bolsa de IC foi a salvadora da minha vida. Sabe por quê? Quando você tá no curso, mas você tá trabalhando, cê não consegue fazer aquilo que o curso necessita, cê não consegue se doar. [...] Acho que é o mais importante viver a universidade.

Os recursos advindos das bolsas auxílios, mesmo com um valor ainda baixo, é ferramenta primordial enquanto mecanismo de continuidade dos estudos e continuidade com maior dedicação de tempo, uma vez que a renda auxilia nos gastos pessoais/acadêmicos e serve como ajuda familiar. Maria Vitória nos mostra isso em sua fala.

- O dinheiro que eu recebo aqui no estágio me mantenho. Eu não pago aluguel por conta da residência da Uneb, não pago nem água nem energia, mas aí eu me mantenho aqui com as compras do mês, com os gastos pessoais e aí, sempre quando eu posso, eu ajudo eles. Sempre quando tem um gasto extra, mãe precisa passar com um médico ou precisa comprar alguma coisa, aí eu sempre ajudo.

Como já dito anteriormente, a Uneb disponibiliza bolsa auxílio moradia por meio da residência estudantil, bolsa permanência através de programas de estágio da universidade e em parceria com as prefeituras municipais que beneficiam os estudantes com programas voltados a sua área de atuação profissional, oferecendo vagas em instituições com remuneração e uma carga horária, em sua maioria, de doze horas semanais. Essa política de bolsas corresponde, sobretudo, em alguns casos, a um incentivo em oferecer complementação da formação profissional; subsidia, em outra perspectiva, maior tempo de dedicação aos estudos. Além disso, as entrevistas com os/as oito jovens do campo colaboradores/as desta pesquisa mostram que as bolsas auxiliam nos gastos pessoais, despesas escolares, transporte, alimentação, vestuário e até na ajuda à família.

### **Sugestões para a universidade quanto ao acesso e permanência dos/as jovens do campo**

Durante a realização das entrevistas seguimos um roteiro de questões direcionadas aos/às jovens. Dentre elas, perguntamos quais sugestões



dariam para a universidade quanto ao acesso e permanência dos/as jovens do campo. Por isso, neste tópico, apresentamos as sugestões, uma vez que compreendemos a importância destas para responder ao nosso objeto de estudo e apontar contribuições à Uneb.

Nesta lógica, consideramos que o aparecimento de novos perfis nos espaços da universidade indica uma mudança, isto é, remete a pensarmos em uma nova tendência que rompe com os limites sociais impostos a determinados grupos.

*- Acho que primeiro é preciso fazer o mapeamento de quem é que tá chegando nessa universidade, entendeu? Quem é que tá chegando aqui... Então, é saber como é que a gente vai lidar com isso. Porque não é a mesma forma de lidar [...] Então é perceber quem são esses sujeitos que chegam na universidade (João Militante).*

*- Acho que a Uneb tem que saber quais são os alunos que ela tem. Se meus alunos não sabem mexer com informática, então, tem que ter um curso de informática. Se os meus alunos não sabem fazer um artigo, porque eles não sabem as normas da ABNT, então, tem que fazer um curso pra isso, entendeu? [...] Eu tenho que vê o aluno que eu tenho, porque o aluno daqui não é o aluno de Salvador, o aluno daqui não é do Rio de Janeiro, é outro aluno (Maria Valente).*

*- Então, acho que a universidade precisa abrir um espaço como, por exemplo, grupo de estudos para pessoas do campo. Eu particularmente senti muita dificuldade ao entrar na faculdade. Professores falavam sinônimos, palavras... e isso não dava pra entender o que tava falando. Não voltado pra dialeto, mas eu acho assim voltado para situar o aluno que realmente mora no campo, pra ele se situar, viver a universidade (João Batalhador).*

Concordamos com João Militante e Maria Valente, “a Uneb tem que saber quais são os alunos que ela tem” para que os estudantes diversos tenham condições de permanecer. Afinal de contas, se compreendemos a universidade em um processo de transformação, no que diz respeito aos novos sujeitos que nela têm adentrado, refletimos sobre o que pontua João Batalhador, ou seja, necessitamos de projetos que contribuam para pensarmos maneiras de se ensinar na universidade a partir das singularidades e demandas dos indivíduos de quem se fala e para quem se fala.

Isto porque nos referimos a jovens que possuem especificidades diferentes daquelas até então “comuns” às universidades públicas brasileiras,

que trazem consigo responsabilidades assumidas com a família ainda bem cedo, por meio das atividades desenvolvidas na agricultura familiar, que cumprem papéis diferentes daqueles que jovens pertencentes a outras categorias sociais vivenciam. Enfim, torna-se emergente repensar as presenças dos diversos na universidade.

A fala de Maria Valente ratifica a percepção que os jovens do campo têm da universidade “*a gente tem conhecimento que não servem pra universidade*”. Interessante pontuarmos que Freire (1996, p. 32) já chamava nossa atenção quando nos questionava “por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos”? Então, indagamos: por que a universidade não busca articular os conhecimentos acadêmicos aos saberes dos estudantes se consideramos que a disposição, a autonomia e também as condições do aprender oferecidas aos educandos são pressuposições importantes para o sucesso? Ou meios capazes de trazer a universidade para dentro da realidade do campo? Como indica Maria Vitória,

*- eu acredito assim que o auxílio que a universidade pode dar para os jovens do campo, além da residência, da questão financeira, seria de ir na comunidade, de acompanhar, de desenvolver trabalhos, projetos, pesquisas nessas áreas. Porque não é fácil o estudante entrar, ter conhecimento e ter aquela vontade de entrar, não é fácil. Aí depois entra, não se sente apoiado, incentivado a permanecer, motivado a estudar, a fazer leitura, a superar as dificuldades. [...] Eu acredito que todas as universidades que têm jovens do campo deveriam buscar. Nós estamos aqui estudando, a gente tem que pensar em medidas que auxiliem desde a questão econômica, mas também cultural, social para que possa se sentir inserido.*

A fala de Maria Vitória evidencia o que também aponta Maria da Luta, a universidade tem que estar mais próxima dos seus estudantes “*Se a universidade tivesse mais próxima dos jovens ela também saberia quem precisaria ou não, pra que desde quando ele entrasse aqui ele não ficasse, né, desamparado*” (Maria da Luta).

Por isso, quando falam das condições de permanência, os/as colaboradores/as desta pesquisa argumentam que a experiência a que são

submetidos na universidade é, por vezes, dolorosa e resultado de uma formação precária. Explicam que uma série de fatores começa a sobrecarregar durante esse processo, mas que podem ser minimizados, caso um olhar mais direcionado por parte da universidade aconteça.

*- [...] Mas é algo pra se pensar, principalmente no psicológico desses jovens que saem de casa, não tem dinheiro, não tem tempo, não come direito. [...] Então assim, a gente entra aqui dentro e pronto, você é obrigado a sair, mas, e como sair daqui? Como sair vivo por dentro, né? (Maria da Luta).*

*- O número de estudantes doente é muito grande, na minha turma mesmo... acho que a metade das pessoas toma medicamento. Alguma coisa tá muito errada na universidade. Porque, quem vai dá conta? Quem vai ter noção é quase sempre quem não precisa trabalhar, nasceu em berço de ouro. Agora quem é pobre e quem não tem tempo, trabalha, estuda e ainda mora em outra cidade, né? Não tem tempo! (Maria Desbravadora).*

Nas falas, observamos que as pressões e tensões que esses jovens sofrem para se enquadrar no ideal de aluno pensado pela universidade os/as colocam distantes das condições experimentadas por jovens da classe média e alta. Enquanto os/as jovens do campo vivenciam bem cedo a inserção no trabalho e as responsabilidades assumidas com a família, em outra realidade, como indica Marques (2017, p. 8), “as condições de tempo e dinheiro da juventude das classes médias e da elite” são de relativa despreocupação.

Se levarmos em conta o novo perfil que nos últimos anos ingressa na universidade, e considerarmos que esses sujeitos enfrentam os desafios de estudar e trabalhar, é possível afirmar que o lugar social desses jovens vai determinar quem vai dá conta e vai ter noção dos limites e das possibilidades envoltas no sistema universitário-social.

É nesse sentido que Zago (2006, p. 228) afirma que “uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis”. Isso requer, concomitantemente, políticas e ações voltadas para a permanência. Políticas essas que possibilitem o acesso e permanência com equidade para os/as “novos” estudantes universitários/as.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa curiosidade em compreender esse objeto de estudo motivou-nos a traçar o perfil dos/as jovens do campo que têm acesso ao ensino superior, especificamente, no Departamento de Educação (DEDC/XII) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Além disso, buscamos analisar as dificuldades e enfrentamentos desses/as jovens para terem acesso e permanecerem no Ensino Superior.

Os resultados apresentados põem em destaque uma realidade que traz a marca histórica das desigualdades sócio/educacionais, por se tratar de jovens que são em sua maioria os primeiros da família a acessar o ensino superior e que, portanto, rompem com os condicionantes materiais, históricos, sociais e geográficos. São jovens do campo não só porque moram nos espaços rurais, mas especialmente porque são filhos/as de pequenos agricultores, que incorporam o trabalho agrícola e precisam muitas vezes conciliar trabalho e estudo para ter acesso e permanecer na universidade. São, pois, Jovens que assumem papéis diferentes dos que jovens pertencentes a outras categorias sociais vivenciam

Diante do exposto, entende-se que ser jovem no meio rural brasileiro implica enfrentar um campo desigual. Um campo que se aproxima espacialmente da cidade, mas que enfrenta muitas hierarquias que permanecem reproduzidas na sociedade brasileira. Essas hierarquias são vivenciadas na diferença de acesso a bens e serviços, mas se expressam também em práticas que estigmatizam o ser do campo. Nesse sentido, é complexo falar em juventude em meio aos diversos significados que cercam este conceito, principalmente, no que se refere aos jovens do campo, pela condição de esquecimento e marginalização a qual são submetidos a ponto daqueles e daquelas que chegam à universidade ainda serem vistos como “entre aspas”.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO M. G. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. Juventudes no Brasil. **Cadernos Adenauer XVI**, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, n.1, p. 13-26, jul. 2015.

AGUIAR, S. G.; PAES, V. N. **Mulher, mãe, dona de casa, esposa e trabalhadora**: dificuldades e superações para ingressar e permanecer na universidade pública. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Departamento de Educação, DEDC Campus XII, Uneb, Guanambi, 2018.

BRASIL. **Observatório do PNE**: Meta 12: ensino superior. Brasília, 2016.

Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensinosuperior/indicadores#porcentagem-dematriculas-na-educacao-superior-em-relacao-apopulacao-de-18-a-24-anos>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CARRANO, P. C. R. Jovens Universitários. In: SPÓSITO, M. P. (Org.). Juventude e Escolarização. **Série Estado do Conhecimento n. 7**. Brasília: Comped 2002.

CRUZ, N. C. da. **"Esse ambiente não é para todo mundo"**: as condições de inserção e de permanência de egressos/as da EJA no ensino superior público. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação (FaE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016.

FERNANDES, B. M. Por uma educação básica do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (Org.). **A educação básica e o movimento social do campo**: Por uma educação básica do campo. Brasília, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARQUES, T. G. "Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]": reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao Ensino Superior de jovens mulheres da roça. REUNIÃO NACIONAL (**ANPEd**), 38. São Luís, 2017. Disponível em: <[http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT03\\_479.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT03_479.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2017.

MARQUES, T. G. **Um pé na roça, outro na universidade**: experiências de acesso e permanência de jovens mulheres da roça na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). 2019. 366f. Tese (doutorado em educação). Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte/MG, 2019.

MATTOS, W. R. de. 2003 – O Ano do começo: características e aspectos iniciais da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade do



Estado da Bahia (UNEB). **Plurais Revista Multidisciplinar da Uneb**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 120-142, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Mais de 4 mil escolas do campo fecharam suas portas em 2014**. [online], 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html>>. Acesso em: 21 maio 2016.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**. Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

SILVA, P. T. da. **Entre a escola e o canavial: educação escolar na visão de jovens cortadores de cana**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação - Campus XII, Guanambi, 2011.

SOUZA, D. C. C; VAZQUEZ, D. A. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educ. Pesqui**. São Paulo, v. 41, n.2, p. 409-426, abr./jun. 2015.

SPOSITO, M. P. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: Juventude e escolarização. **Série Estado do Conhecimento**. São Paulo, 2000. p. 6-40.

TEIXEIRA, A. D. G. **A socialização em grupos religiosos católicos**: repercussões nas trajetórias escolares longevas nos meios populares. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação (FaE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2012.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. Santa Catarina, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

Recebido em: 22 de julho de 2019

Aprovado em: 12 de dezembro 2019

